

Onde reside a causa de ainda sermos bárbaros?

“Nossa época é ilustrada, isto é, descobriram-se e tornaram-se públicos conhecimentos que seriam suficientes, pelo menos, para a correção de nossos princípios práticos. O espírito de livre investigação destruiu os conceitos ilusórios que por muito tempo vedaram o acesso à verdade, e minou o solo sobre o qual a mentira e o fanatismo ergueram seu trono. A razão purificou-se das ilusões dos sentidos e dos sofismas enganosos, e a própria filosofia, que a princípio fizera-nos rebelar contra a natureza, chama-nos de volta para o seu seio com voz forte e urgente – onde reside, pois, a causa de ainda sermos bárbaros?”. (SCHILLER, 2002a, 46)

Os tempos modernos desencadearam um amplo processo de mudanças: a valorização do indivíduo, o crescimento da vida urbana, a formação dos Estados Modernos, o surgimento de uma nova religiosidade, que dava expressão à vontade e ao entendimento do homem, o desenvolvimento da ciência, a difusão de normas de sociabilidade do “mundo civilizado”, por fim, as *Luzes*. E ainda assim, persistia a pergunta no âmago do poeta: porque ainda somos bárbaros? Por que, depois de tal marcha, após tantos ganhos no âmbito da razão, o homem ainda é capaz de cometer barbaridades? Como, a despeito de todo o processo histórico, da vitória contra as trevas, a humanidade ainda é capaz de se curvar a atitudes tão desmensuradas? Como podem os caminhos da *razão* guiar a um fim pouco *razoável*? Essa era a inquietação que assolava Friedrich Schiller e o impulsionou a procurar de um sentido para o seu ofício. O poeta se viu às voltas com as consequências, ora benéficas, ora nefastas, de um mundo onde *tudo que era sólido desmanchava no ar*, para abusar da metáfora de Karl Marx sobre a modernidade. Preocupado com as questões do seu tempo – mesmo quando olhava para a Grécia – ele buscou respostas para o projeto de uma nova sociedade. Seu teatro e seu pensamento estavam a serviço da história, já compreendida por ele como processo, como o absoluto que nos move para frente.¹

¹ Para maior desenvolvimento acerca do conceito moderno de história, ver KOSELLECK. *Futuro Passado*; ARENDT. *Entre o passado e o futuro*.

Embora não fosse um *Aufklärer*, Schiller compartilhou algumas das mais importantes concepções do *Esclarecimento*, a saber, a ideia da história como evolução e a crença na perfectibilidade do homem – no sentido herderiano de amadurecimento –, a valorização da historicidade dos indivíduos e dos povos, a valorização da razão como promotora de um conhecimento desencantado do mundo, e, sobretudo, a ideia de *liberdade* como meta última do desenvolvimento humano. Embora nos reinos germânicos o culto ao progresso nunca tenha alcançado a dimensão que teve em território francês, ainda assim a ideia da humanidade em processo de amadurecimento logo se chocava com a conjuntura europeia em fins do século XVIII, conciliar teoria e prática seria a tarefa mais difícil que os iluministas teriam que enfrentar, afinal de contas, no claro as nuances ficam mais à mostra. Schiller, que se colocou no tempo como espectador/ator, não se contentou em apontar, ao invés disso vestiu a *crítica* à moda de Kant e pôs-se a interrogar o mundo, não como um inquisidor ou alguém que simplesmente quer conhecer para legislar, mas sim com o interesse de quem quer fazer da pergunta um caminho para a transformação.

Essa é a pergunta que Schiller ofereceu ao seu mecenas, no entanto, talvez ela possa ser estendida ao seu próprio tempo: por que ainda somos bárbaros? Onde Schiller viu barbarismo? Com segurança, podemos afirmar que não foi na natureza. A ideia de natureza oposta à civilização, bastante comum entre iluministas franceses, não corresponde ao ideal de natureza ao qual Schiller faz referência. Em caminho distinto, o poeta alemão entendeu natureza em par dicotômico com a cultura, ou seja, em oposição a tudo o que era natural surgiu, no âmbito da cultura, o artifício. Portanto, se natureza não era compreendida como oposta à civilização, seu significado não estava atrelado à imagem de um estado selvagem, ou primitivo. Como contraponto à cultura, a natureza representa o que é livre e espontâneo, aquilo cuja existência não foi mediada pelas faculdades do espírito. O artifício seria a baliza entre a natureza e a cultura, a demarcação da intervenção humana no mundo, pois através do artefato o homem imprime sua marca, transforma o mundo a sua volta e dá início à cultura.

Schiller acreditava que o erro não poderia estar na natureza – cujo pressuposto é a perfeição – então ele só poderia ser encontrado no mundo da cultura, em outras palavras, para Schiller a razão de ainda sermos bárbaros não

estava na natureza do homem, mas na cultura na qual ele se encontrava inserido. A sociedade mostrava traços de corrupção, seja pela hipertrofia do poder dos reis, pelos desmandos das classes privilegiadas, por causa da crueldade das guerras religiosas, ou até mesmo pelos excessos da Revolução Francesa. Em toda parte Schiller via o espírito de seu tempo se deteriorando, o gênio ameaçado, a humanidade em ruínas.

Diante de moldura tão desanimadora, sua arte deveria se comprometer com a transformação. Schiller estava decidido a lutar pelo seu ideal. Um ideal de homem e de sociedade que em nada lembrava a degradação a sua volta, queria ver o homem maior, livre e colocou sua arte à disposição da mudança. O poeta percebeu que se o obstáculo encontrado para a liberdade não estava nas coisas, já que o processo histórico favorecia o progresso. Então a dificuldade para enxergar tal verdade só poderia estar na mente dos homens. E se o erro estava na cultura, essa marca indelével do homem moderno, o único caminho viável para a superação era através dela, utilizando os componentes da cultura o homem poderia renovar-se, então o projeto filosófico de Schiller não poderia prescindir da reflexão e da crítica, apanágios do filósofo moderno, bem como a arte, que transformou o belo em artifício, através da mimesis. Schiller desenvolveu um projeto de *educação estética* não por acreditar que a arte possuía caráter pedagógico, mas por perceber que através da arte seria mais curto o caminho para a natureza. O objetivo do poeta não era ensinar a partir de sua arte, mas utilizá-la como forma de conscientizar o homem de sua potência. *Sapere aude*, a expressão latina também utilizada por Kant, foi a exortação de Schiller, “ousa ser sábio!”, era essa a mensagem que Schiller pretendia propagar com a sua arte. (SCHILLER: 2002a, 46)

4.1

Entre a razão prática e a experiência estética

“Vigiar e assegurar os limites a cada um dos dois impulsos é tarefa da cultura, que deve igual justiça aos dois e não busca afirmar apenas o impulso racional contra o impulso sensível, mas também este contra aquele. Sua tarefa, portanto, é dupla: primeiramente, resguardar a sensibilidade das intervenções da liberdade; segundo, defender a personalidade contra as forças da sensação. Uma tarefa ela realiza pela educação da faculdade sensível, a outra, pela educação da faculdade racional”. (SCHILLER, 2002a: 67/68)

Envolvido pelo ritmo de seu tempo, Schiller passou a observar que os rumos do processo histórico não cumpriam exatamente a agenda do filósofo crente no progresso material e espiritual do homem. Para Koselleck, o período entre 1750 e 1850 poderia ser compreendido como um *Sattelzeit*, um tempo limiar no qual a gestação do novo conviveu com a ruína do mundo que se esfacelava, e ambas as situações eram vivenciadas com tanta rapidez que geraram a sensação de aceleração do tempo, e o afastamento entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Foi nesse período de urgência que Schiller, não satisfeito em atuar no teatro, dedicou-se também à reflexão acerca de sua arte, tencionando, acima de tudo, uma ação efetiva na vida dos homens.

Em seu *ateliê filosófico* – era assim que Schiller gostava de denominar o conjunto de numerosos artigos e cartas sobre filosofia e estética, produzidos entre os anos de 1791 e 1795 – debruçou-se sobre o problema que Ricardo Barbosa caracterizou como “o nexos entre a esfera estética e a razão prática”, isto é, interessava ao pensador alemão investigar a relação entre a ação do homem no mundo e a experiência estética, sobretudo, através da expressão do belo e do sublime na arte. Sua tese consistia na afirmação de que o aprimoramento do gosto poderia favorecer a ação moral do homem, uma vez que o libertaria do jugo da natureza. Portanto, a faculdade do juízo estético poderia contribuir para que o homem alcançasse plena liberdade.

Abalado pelas consequências da Revolução Francesa, ele acreditava que o *espírito do tempo* exigia aos intelectuais o esforço de reverter as mazelas

deflagradas pelo descontrole do curso histórico, e esta lhe parecia uma demanda inexorável de um tempo que havia perdido consciência de si mesmo. Schiller escreveu ao seu mecenas, o príncipe dinamarquês de Augustenburg, que “o curso dos acontecimentos deu ao gênio do tempo uma direção que ameaça afastá-lo mais e mais da arte ideal”. (SCHILLER, 1963: 35) E sua sensação era a de que a ameaça estendia-se ao cotidiano, afastando esse homem de seu ideal moral e corrompendo suas decisões. Se a arte não mais correspondia ao Ideal era porque os acontecimentos revelavam uma humanidade em decadência, e, segundo Schiller, não caberia apenas ao entendimento elevar o homem, mas tal transformação deveria iniciar-se no gosto:

“Não é suficiente, pois, dizer que toda ilustração do entendimento só merece respeito quando reflui sobre o caráter; ela parte também, em certo sentido, do caráter, pois o caminho para a cabeça precisa ser aberto pelo coração. A educação dos sentimentos, portanto, é a necessidade mais urgente de nosso tempo, não somente por ser meio de tornar ativamente favorável à vida o conhecimento aperfeiçoado, mas por despertar ela mesma o aperfeiçoamento do saber”. (SCHILLER, 1963: 56)

Schiller pretendia conciliar a razão prática e o juízo estético, propondo que o gosto poderia causar interferência na moralidade tanto para impedi-la como para aperfeiçoá-la. Segundo esse intuito não haveria uma sobreposição de uma das formas fundamentais da racionalidade sobre a outra, apenas apontou para a possibilidade de alcançar resultados mais eficientes na razão prática quando aliada ao aprimoramento do gosto. Ao eliminar obstáculos à determinação racional da vontade, o gosto favoreceria a moral como seu elemento externo, pois, para Schiller, “aquilo que promove verdadeiramente a moralidade é o que aniquila a resistência da inclinação contra o bom”. (SCHILLER. Apud: BARBOSA: 2005: 4) Interrogando-se sobre a função da arte no mundo em que vivia, o poeta alemão embrenhou-se em uma complexa discussão a respeito da estética e de sua possível confluência com o juízo moral. Para tal, Schiller travou um significativo debate com as ideias recém-formuladas por Kant, sobretudo, na *Terceira Crítica*, na qual o filósofo alemão refletiu sobre a faculdade do juízo.

Na *Crítica da Faculdade do Juízo*, Kant havia postulado o gosto como uma faculdade intermediária entre a razão pura e a razão prática, partindo dessa premissa, Schiller se interessou em investigar como a moral e a estética poderiam se relacionar. Estando a par dos fundamentos da filosofia kantiana, sabia que uma ação só poderia ser considerada moral se livre de toda determinação, e que um fenômeno apenas era considerado estético se desinteressado; ele compreendia que a estética não poderia intervir na vontade sem correr o risco de anular tanto o caráter moral quanto o caráter estético da ação. Contudo, Schiller afirmou que a estética poderia favorecer a ação moral ao cultivar no homem o prazer na beleza. Era através do belo que Schiller pretendia favorecer a liberdade.

Segundo Ricardo Barbosa, diferentemente de Kant, Schiller não acreditava que o mal fosse uma disposição natural humana, e sim a presença de um impulso sensível cuja exigência por satisfação se opõe à vontade racionalmente condicionada, por isso o refinamento do gosto tornava-se um imperativo: “o gosto é um traço do homem civilizado, capaz de conter os rudes impulsos sensíveis, observando o “bom tom” como uma lei estética”. (BARBOSA: 2005: 5) O homem carente de uma formação moral e estética estaria mais suscetível ao domínio dos impulsos sensíveis, já aquele que possui tal educação tem aversão ao que é grosseiro e violento, pois prefere a harmonia e a leveza. Ricardo Barbosa nos diz que, na reflexão de Schiller, o gosto libera a vontade do jugo do instinto, neutralizando as inclinações que poderiam obstruir a ação moralmente orientada. O realismo de Schiller o fazia perceber o quão arriscado seria confiar plenamente na virtude, sendo assim, a sofisticação do gosto funcionaria como mais uma maneira de estorvar os impulsos do instinto. Entretanto, se faz necessário pontuar que, dado seu caráter universal, o programa de Schiller não era destinado apenas à educação das classes mais abastadas, ao invés disso, ele afirmava a importância de que o juízo estético substituísse o papel que a religião ocupava junto ao homem sensível em toda a sociedade.

Contudo, em carta a Augustenburg, Schiller afirmou que o “caráter natural egoísta e violento do homem, que visa muito mais a destruição que à conservação da sociedade” seria o motivo pelo qual uma educação estética era imperiosa. Schiller não compartilhava a concepção rousseauiana de natureza humana, a via aberta por Kant lhe parecia mais adequada para entender os meandros do espírito

humano. O *bom selvagem* não compunha o quadro pintado por Schiller para entender os impulsos que moveriam os homens, para ele o conflito seria uma premissa da condição humana. Porém, acreditava em uma *Ideia* de natureza perfectível, que se realizaria no espírito, e que conduziria a uma atitude moral. Entretanto, essa *Ideia* de natureza seria alheia à experiência.

A filosofia do gosto que Schiller pretendeu desenvolver baseava-se em um fundamento idealista, ele compreendia a realidade no fenômeno e a realidade no Ideal como duas esferas distintas, mas complementares. Enquanto o fenômeno equivale à existência, às experiências que os homens poderiam ter acesso direto; o Ideal representa a elevação da razão, nesse reino o homem encontra sua perfectibilidade em progressão infinita. No Ideal é produzida a imagem da natureza, da sociedade e, sobretudo, do homem segundo a maior grandeza que o acordo entre a razão e a imaginação pode alcançar. É no Ideal que o homem encontra, portanto, o seu destino e a sua meta, ele deve buscar incessantemente a realização desta imagem, mesmo que nunca a alcance, a simples busca já seria suficiente para que a humanidade cumpra seu desígnio.

Junto ao Ideal de humanidade está dado também o Ideal de beleza que é compartilhado por todos os homens. Assim como uma noção idealizada de homem exerceria a função de inspiração e guia para a perfeição da humanidade, também uma concepção idealizada de beleza nortearia o juízo do gosto, essa beleza ideal seria, portanto, matéria para a arte e a possibilidade de acordo no julgamento de um objeto estético. Uma obra de arte é considerada bela não quando desperta os sentidos – sensação completamente subjetiva – mas quando uma obra apraz ao mesmo tempo a razão e a imaginação, dessa maneira o Ideal de beleza seria alcançado e expresso na aparência. A partir dessa *Ideia* que o belo pode transformar-se em uma experiência universal, pois se uma parte do juízo estético se dá na relação empírica, a outra – e mais importante – se realiza na *Ideia* e dela recebe seu referencial.

Tomemos as palavras de Schiller:

“Caso pudesse ser mostrado, esse *conceito racional puro da beleza* – já que não pode ser extraído de nenhum caso real – teria de poder ser procurado pela via da abstração e deduzido da possibilidade da natureza sensível-racional; numa

palavra: a beleza teria de poder ser mostrada como uma condição necessária da humanidade. Temos de elevar-nos, portanto, ao conceito puro da humanidade e, como a experiência nos dá apenas estados isolados de homens isolados, mas nunca a humanidade, temos de descobrir, a partir de seus modos de manifestações individuais e mutáveis o absoluto e permanente, e buscar, mediante a abstração de todas as limitações acidentais, as condições necessárias de sua existência”. (SCHILLER, 2002a: 56/57)

Schiller optou pela via da abstração – que ele mesmo reconheceu como *transcendental*, em clara aproximação às ideias de Kant – porque o conceito que ele buscava para compreender o fenômeno da beleza só poderia ser encontrado no âmago do espírito humano. A beleza constituiria, dessa maneira, o conjunto de Ideias formado pela razão e que forneceria à experiência uma imagem perfeita da humanidade, uma humanidade Ideal, que não se realizaria no tempo, mas que buscaria na experiência o seu correlato, mesmo que sempre incompleto. A beleza seria, simultaneamente, nosso estado e nossa ação. Nosso estado porque a percebemos com nossos sentidos, ela nos apraz ou desagradando despertando em nós sensações; mas também é objeto de nossa consciência, porque se por um lado, a beleza não produz conhecimento sobre o objeto, por outro lado, a relação entre o juízo de gosto e o objeto é estabelecida pela reflexão. O juízo estético não nos habilitaria a uma aproximação cognitiva do objeto, ele seria de outra ordem, por seu intermédio sentimos o objeto e refletimos acerca do que ele representa para nós. Dito isto e de acordo com Schiller, a bela aparência está associada ao acordo entre os nossos sentidos e o Ideal, e se os sentidos são sempre subjetivos, isolados e radicalmente individuais, o Ideal deve ser universal, seria através de sua permanência no espírito humano que a experiência estética poderia universalizar-se.

Destarte, o projeto de Schiller sobre a *educação estética do homem* sustentava como premissa a necessidade do homem assumir o curso de seu tempo e a aceção da arte como promotora – certamente que não sozinha – desta educação. No impulso lúdico se realizaria a confluência entre o sensível e o formal, portanto, a estética era compreendida como o jogo entre a sensibilidade e o entendimento, sem que um tiranizasse o outro, permitindo que ambos entrassem em harmonia, engendrando um novo estado, o estado estético, marcado pela felicidade na pacificação – mesmo que momentânea – da tensão perene do espírito

humano. Segundo Schiller, “a realidade das coisas é obra das coisas, a aparência das coisas é obra do homem, e uma mente que aprecia a aparência já não se compraz com o que recebe, mas com o que faz”. (SCHILLER. 2002a: 130) Nesse ponto, o poeta defendeu um dos pilares de seu pensamento: a distinção do homem entre os demais seres se daria através de seu apreço pelo enfeite, pelo adereço. Segundo Schiller, a satisfação na aparência conferia ao homem liberdade frente à natureza, pois não mais se conformaria com a realidade que lhe era dada arbitrariamente, esforçando-se em criar uma nova camada de realidade, tributária da natureza, mas não submissa a ela, na qual a autonomia do gênio humano poderia encontrar sua potência. A arte mostrava-se como campo privilegiado para o desenvolvimento da liberdade do homem, nesses termos Schiller a considerava o caminho mais breve para a liberdade moral.

O estado estético seria aquele no qual o homem estivesse consciente de sua existência e de sua liberdade – que se percebesse tanto como matéria, quanto como espírito. Para Schiller, apenas nesse caso, ou seja, através de uma vivência estética, o homem teria pleno conhecimento de sua humanidade. Nem mesmo a ilustração, nos disse Schiller, seria capaz de orientar o homem dominado por seus sentidos, esse caminho teria que ser percorrido necessariamente pela via da estética. “Escravo da natureza quando apenas a sente, o homem torna-se seu legislador quando a pensa” (SCHILLER, 2002a: 126), dessa maneira, em um segundo momento a natureza deixaria de ser sujeito do conhecimento, centro irradiador para o espírito humano, e passaria a objeto do conhecimento, subjugada à razão. Neste ponto o argumento de Schiller encontrou seu fundamento na filosofia transcendental de Kant, sobretudo, quando afirmava que somente na Ideia – fruto do enlace entre a razão e a imaginação – a natureza se realizaria plenamente. Porém, dizia Schiller, para pensar a natureza o homem deveria, primeiramente, deixar fluir o jogo entre seus sentidos e seu entendimento, de maneira a experimentar a natureza no acordo de seus impulsos e depois transformá-la em conhecimento, ou seja, a natureza só seria transformada em Ideia depois de experimentada como arte.

A beleza é a prova de que matéria e forma, limitação e infinitude não são inexoravelmente excludentes; ela é a evidência de que a necessidade física do homem não exclui sua liberdade na vontade. Schiller queria apontar para a

questão de que no belo ocorreria uma espécie de equilíbrio entre realidade e forma, por mais que continuasse a ser sempre uma Ideia, que jamais pudesse ser plenamente realizada no âmbito do real. No jogo estético o homem experimenta uma determinabilidade ativa, ou seja, é determinado, concomitantemente pela matéria e pela forma, sem que um impulso vença o outro, e aí reside a maior vantagem do estado estético, pois “a mente passa da sensação ao pensamento mediante uma disposição intermediária em que a sensibilidade e a razão são *simultaneamente* ativas e por isso mesmo, suprimem seu poder de determinação, alcançando uma negação diante de uma oposição”. (SCHILLER, 2002a: 102) Ativadas ao mesmo tempo, sensibilidade e razão não se anulam, mas sim encontram um instante de harmonia na experiência do belo.

A reflexão seria capaz de submeter a natureza ao seu entendimento e projetar o indivíduo no mundo da liberdade. Quando a relação entre o homem e a natureza se modifica, nos termos supracitados, a liberdade deixa de ser uma quimera, e se transforma em uma meta orientadora da humanidade. Assim, uma educação estética se fazia necessária porque Schiller acreditava que poderia apresentar uma espécie de atalho para a liberdade por meio da arte. Através da experiência estética o homem seria capaz de converter em Ideia aquilo que só conhecia na natureza, e na Ideia ele poderia conhecer o *dever ser* da liberdade, mesmo que sua realização fosse da ordem do infinito.

4.2

A educação estética do Homem

“Dá ao mundo em que ages a *direção* do bem, e o ritmo calmo do tempo trará a evolução. Tu lhe terás dado esta direção quando, ensinando, tiveres elevado seus pensamentos até o necessário e eterno; quando, agindo ou formando, tiveres transformado o necessário e eterno em objeto de seus impulsos”. (SCHILLER, 2002a: 51)

Schiller dedicou grande parte de sua vida à dramaturgia e desenvolveu em seu “ateliê filosófico” uma teoria do belo por meio de um constante debate com as ideias expostas na Terceira Crítica de Kant. Mas enganar-se-ia aquele que não percebesse nessas obras um ideal político. Mesmo o jovem Schiller de *Os Bandoleiros* já esboçava no cerne do *Sturm und Drang* uma preocupação com a formação do povo alemão através da cultura, tal preocupação se fez presente em todo trabalho de Schiller e foi consubstanciada nas cartas sobre a educação estética da humanidade, uma série de epístolas endereçadas ao seu mecenas, o príncipe dinamarquês Friedrich Christian von Augustenburg, ao longo do ano de 1793.

Nesse momento o espírito de Schiller se agitava em torno de dois acontecimentos: as descobertas filosóficas permitidas pela leitura de Kant e os rumos da Revolução Francesa. Kant inspirava-lhe um grande desejo de investigar a natureza do belo e suas implicações para o entendimento do mundo – inclusive se lembrarmos, que como dito anteriormente, tanto para Kant, quanto para Schiller, o juízo estético representava a faculdade intermediária entre a razão pura e a razão prática e essa faculdade conciliadora poderia harmonizar o sensível e a moral através do gosto. Já a república jacobina dava sinais de que a razão provavelmente não habitava mais entre os franceses e que o terror instalado sob a tutela de Robespierre era prova da falta de humanidade no projeto político-racional dos revolucionários.

Para nosso poeta, a revolução havia falhado e o ideal iluminista de “liberdade, igualdade e fraternidade” tinha se perdido.² A França evidenciava aos seus olhos que a razão pura sozinha não era suficiente para iluminar o pensamento e o comportamento dos homens. Segundo ele, a humanidade precisava ser preparada para fazer uso da razão, e nesse processo o homem não poderia prescindir de uma formação estética, uma educação para o gosto e a apreciação do belo. Dizia Schiller, “Espero convencer-nos de que esta matéria é menos estranha à necessidade que ao gosto de nosso tempo, e mostrarei que para resolver na prática o problema político é necessário caminhar através do estético, pois é pela beleza que se vai à liberdade”. (SCHILLER, 1963: 36)

O primado da razão promoveu o surgimento de certo discurso arrogante e intolerante: tudo o que fosse considerado desrazão era execrado pelas Luzes. Todo sentimento, preconceito, misticismo e juízo que não pudesse ser demonstrado cientificamente deveria ser expurgado do mundo civilizado. Desta maneira, este iluminismo terminava por legitimar qualquer discurso que pudesse ser justificado racionalmente, como foi o caso da *decisão racional* do Comitê de Segurança Nacional de defender a qualquer custo o curso revolucionário. Essa situação levou Schiller a dizer que “a ilustração do entendimento, da qual se gabam com certa razão os estamentos refinados, mostra em geral uma influência tão pouco enobrecida sobre o caráter que, até pelo contrário, solidifica a ruína com princípios”. (SCHILLER, 1963: 44) O Iluminismo não foi suficiente para que a *verdade* reinasse entre os homens, porque ela não pode ser recebida do exterior, senão de si mesma, produzida pela força do pensamento em sua liberdade, asseverou o poeta alemão. O homem moderno – no qual, segundo Schiller, ainda predominava o estado sensível – carecia exatamente de espontaneidade e de liberdade, por isso a necessidade de uma educação estética, para que por meio de um jogo constante o homem adquirisse as características que lhe faltavam. E o próprio Schiller esclareceu que

² Entre os três ideais imortalizados na bandeira tricolor, a *igualdade* e a *fraternidade* provavelmente tinham o mesmo sentido entre franceses e alemães, reciprocamente a luta contra o Antigo Regime e os privilégios estamentais e construção de uma nação fundada em um passado/identidade e futuro/projeto em comum. Já o ideal de liberdade parece ter significados diferentes em cada lado do Reno, para os franceses o conceito tinha uma radicalidade que os alemães preferiam evitar, estes consideravam importante que o individualismo não suprimisse a comunidade. Posteriormente será desenvolvida uma análise mais cuidadosa das peculiaridades das duas concepções do conceito de liberdade.

“a liberdade em que muito justamente põem a essência da beleza não é ausência de leis, mas sua harmonia, não é arbítrio, mas a máxima necessidade exterior; estes esquecem que a determinação, que muito justamente exigem da beleza, não consiste na *exclusão de certas realidades*, mas na *inclusão* absoluta de todas, não é a limitação, mas a infinitude”. (SCHILLER, 2002a: 92/93)

Seu interesse era compreender os critérios apriorísticos do entendimento humano e sua interferência no gosto, Schiller não acreditava na unicidade da razão, mas também não lhe parecia impossível encontrar um denominador comum para o espírito humano. Estava certo que por trás da diversidade havia algo de universal nos homens, ele afirmou que “todo homem individual, pode-se dizer, traz em si, quanto à disposição e quanto à meta, um homem ideal e puro e é a grande tarefa de sua existência concordar, em todas as suas modificações, com a unidade inalterável”. (SCHILLER, 2002a: 28) Embora a individualidade, a subjetividade e a finitude fossem características indelévels da condição humana, ele acreditava que os homens compartilhavam algo de universal e permanente, que permitia que a verdade se manifestasse também em experiências coletivas, como na apreciação do belo. Era na Ideia que a humanidade se encontrava e nela deveria buscar seu devir:

“Nas asas da imaginação o homem abandona os limites estreitos do presente, em que o encerra a mera animalidade, para empenhar-se por um futuro ilimitado; ao abrir-se, entretanto, o infinito à sua *imaginação* vertiginosa, o coração ainda não deixou de viver no individual e de servir ao instante”. (SCHILLER, 2002a: 121)

Influenciado pela filosofia de Fichte, Schiller gostava de pensar o indivíduo sendo dotado de uma lógica interna que guiava todo o seu ser, e essa determinação interior garantia que todo o seu desenvolvimento voltasse sempre ao cerne de sua inspiração. E não pensava assim apenas acerca do indivíduo, mas também da espécie, como se cada homem fosse dotado de uma expressão pura e plena da totalidade da humanidade: “é falso, portanto, afirmar que a formação das forças individuais faz necessário o sacrifício de sua totalidade; e mesmo que seja esta a inclinação da lei natural, estará em nós refazer, através de uma arte mais alta, aquela totalidade em nossa natureza que foi destruída pelo artifício”. (SCHILLER, 1963: 52) O poeta afirmou que a experiência nos deixa conhecer

apenas homens individuais em estados individuais, mas nunca a humanidade. A totalidade do homem somente pode ser apreendida no Ideal, e esse Ideal compartilhado que capacitaria o homem a viver experiências enobrecedoras como o prazer estético e a formação do Estado. Na filosofia de Schiller ficava muito claro que o homem deveria viver por seu Ideal.

A natureza humana, segundo o intelectual alemão, é guiada por dois impulsos contrários: o sensível e o formal, aquele provoca mudança e este que exige eternidade. O digladio incessante dos dois impulsos, além de causar desacordo, impõe a tirania de um impulso sobre o outro, apenas a cultura estética seria capaz de harmonizar os dois impulsos. Fica claro que Schiller reservou para a cultura um papel fulcral na formação do homem, ela seria a responsável por seu refinamento, pela capacidade de controlar as sensações e, ao mesmo tempo, impedir que a razão lhe assaltasse os sentidos. A cultura estética deveria ensinar ao homem do Estado, da sociedade, a desfrutar de suas sensações sem tornar-se um selvagem. O gosto transformaria, assim, o selvagem e o bárbaro em um homem cultivado, bem como garantiria no homem cultivado a fruição de seus sentidos.

A questão do Estado aparece em destaque neste argumento, pois, se o Estado deve organizar a vida social, como conciliar a moralidade e a natureza individual? Segundo Schiller, o Estado não deve engendrar a uniformização da sociedade, e sim permitir a multiplicidade, a fim de garantir o desenvolvimento da cultura.³ Dessa maneira, pode-se extrair um exemplo da própria contemporaneidade, dizendo que o grande problema do Estado jacobino residia neste ponto central: um Estado que não permitia a liberdade dos indivíduos não poderia promover o avanço da cultura estética, nem mesmo pode forçá-la, uma vez que, “o Estado em sua forma presente originou o mal, e o Estado, como o concebe em ideia a razão, não poderia fundar esta humanidade, pois nela deveria ser fundado”. (SCHILLER, 1963: 53) Se o Estado nascente já se encontrava corrompido não caberia a ele a educação dos homens, mas a cultura deveria

³ Schiller mobilizou uma ideia de pluralidade e diversidade muito cara ao historicismo. Quando afirmava que o Estado deveria respeitar a individualidade falava em acordo com o pensamento historicista de Herder e Humboldt, por exemplo. Segundo essa perspectiva a especificidade dos indivíduos e dos povos era vista como responsável pela complexa tessitura da cultura.

fomentar a formação do indivíduo cuja intervenção purificara o Estado. A cultura estética exerceria, portanto, a tarefa de conciliar interesses díspares e educar o homem, orientando-lhe para o belo, isto é, dotando-lhe de comprazimento na contemplação desinteressada. Assim teríamos o gosto pelo belo apenas porque o reconheceríamos como tal, e esse ideal transportado para a vida política seria responsável pela formação do indivíduo que tem aversão a tudo que lhe parece grosseiro, artificial e alienado, e repele – sem nem mesmo ter que recorrer à razão pura e à razão prática – qualquer ação ou objeto que transgrida o juízo do gosto.

A educação estética da humanidade tornaria o indivíduo mais apto a viver em sociedade e a perceber e admirar a liberdade como expressão da determinação interna do ser. Schiller afirmou que

“Quanto mais facetada se educar a receptividade, quanto mais móvel for, quanto mais superfície oferecer aos fenômenos, tanto mais mundo o homem *percebe*, mais disposições ele cultiva em si; quanto mais força e profundidade ganhar sua personalidade, quanto mais liberdade ganhar sua razão, tanto mais mundo ele *concebe*”. (SCHILLER, 1963: 73)

A arte deve aprimorar os sentidos do homem e também refiná-los, pois a natureza sensível não pode ser a senhora do entendimento, bem como a razão não deve apoderar-se friamente de seu juízo. A estética, cujo ideal se realiza no tempo e fora dele, poderia ampliar os arranjos entre a razão e a necessidade, atribuindo ao homem capacidade de interagir livremente em uma gama variada de situações. A tese que mobilizou as investigações do poeta alemão consiste na pressuposição de que o homem habituado ao jogo se adapta melhor a circunstâncias nas quais sua liberdade é posta em cheque.

Por isso Schiller chamou de estético o estado de determinabilidade real e ativa, visto que nosso entendimento pode perceber os objetos e as ações em quatro estados distintos: 1- o sensível, relacionado à nossa condição física; 2- o lógico, relacionado ao nosso entendimento; 3- o moral, no qual nossa vontade aparece como objeto da razão e 4- o estado estético, quando o objeto do entendimento está relacionado ao todo de nossas faculdades sem ser determinado exclusivamente por nenhuma delas, isto é, quando o homem é capaz de administrar seus sentidos e

razão, aí reside a qualidade estética, no homem que é senhor de seus impulsos. Schiller apontou que a

“cultura irá consistir no seguinte: primeiro: proporcionar à sua receptividade os mais frequentes contatos com o mundo e levar ao máximo a passividade do sentimento; segundo: conquistar para as faculdades determinantes a máxima independência com relação às receptivas e ativar ao extremo a atividade da razão”. (SCHILLER, 1963: 74)

Em carta a Körner, em 29 de dezembro de 1794, Schiller afirmou que havia encontrado a medida da simplicidade para seu sistema filosófico. A pedra de toque de toda sua reflexão consistia no conceito de ação recíproca entre o absoluto e o finito, a relação entre o Ideal e o tempo se tornou a chave de compreensão da estética de Schiller. Porque para que o jogo se estabeleça, o homem temporal deve confrontar suas necessidades com sua ambição ao absoluto, sendo justamente no acordo entre as duas tendências que a liberdade seria experimentada no fenômeno, na forma e conteúdo de sua aparência. Em suas investigações filosóficas, Schiller concluiu que o indivíduo era formado pela sua *pessoa*⁴ – que permanece inalterada diante de conjecturas – e seu estado – que oscila de acordo com as condições históricas –, nas palavras de Schiller, “o si mesmo e suas determinações”. (SCHILLER, 2002b: 59) A dinâmica entre essa natureza dicotômica do homem torna necessária uma faculdade de mediação, a estética nesse sentido apresenta-se como um imperativo da natureza humana.

O pertencimento temporal do homem não era visto por Schiller como um entrave, mas como parte constituinte de sua condição, o reconhecimento da historicidade conferiu à filosofia de Schiller o amadurecimento da compreensão do homem como um ser formado também pelo seu tempo, bem como seu construtor. A radicalidade do pensamento historicista, presente nas reflexões de Herder e Humboldt, para citar apenas aqueles com quem Schiller travou maior contato intelectual, imputou ao pensamento de Schiller maior consciência sobre o pertencimento histórico das ideias e concepções humanas. O tempo é a condição

⁴ Schiller entendia o indivíduo como o ser humano, e a pessoa era a expressão de seu espírito e sua vontade.

de todo *vir-a-ser*, de toda mudança, e já que o estado precisa ser *causado*, pois ele não é um dado a priori, compreendemos então que é no curso do tempo que o homem experimenta a determinação. No absoluto o homem *é* si mesmo, idêntico e constante; no tempo o ser *transforma-se* incansavelmente em si mesmo, mas agora conforme as determinações. O homem só se torna pleno quando concilia a lei de todos os casos a um momento de sua vida, quando Ideal e contingência entram em acordo. Quando esse ajuste ocorre, segundo Schiller,

“Não mais estamos no tempo durante esta operação, mas é o tempo que está em nós com toda a sua série infinita. Já não somos indivíduos, mas espécie; os juízos de todos os espíritos é pronunciado através do nosso, a escolha de todos os corações é representada por nossa ação”.⁵ (SCHILLER, 2002a: 65)

⁵ Numa carta posterior a esta, Schiller esclareceu o que compreendia como determinações do tempo, segundo ele uma necessidade “fora de nós” determina nosso estado e existência no tempo, e por ela somos afetados por uma experiência sensível. (SCHILLER, 2002a: 98)

4.3

A questão política na “cultura romântica”

Faz-se importante destacar que a preocupação com a sociedade e o estado de coisas em que se encontrava a Europa não foi uma particularidade de Schiller, esses anseios estavam presentes na obra artística e filosófica de muitos de seus contemporâneos, e a ideia da arte como uma chave capaz de abrir a porta para um novo horizonte foi compartilhada por diferentes projetos políticos e filosóficos. Schiller foi um dos precursores dessa proposta e suas cartas, publicadas na revista *As horas*, contribuíram para a ampliação dessa reflexão e para a difusão desse projeto, inclusive entre aqueles pensadores que ficaram conhecidos como os *primeiros românticos* e cuja relação com Schiller desde o início foi tensionada por disputas filosóficas e pessoais. Proponho uma breve investigação acerca da difusão dessas ideias entre alguns intelectuais alemães do final do século XVIII, que muito se interessaram pela construção de um ideal de cidadão e nação alemã, tendo em vista o estabelecimento de um diálogo entre as concepções de Schiller e as ideias elaboradas pelos irmãos Schlegel, Novalis e Schelling.

Mesmo tendo a arte ocupado o papel de maior destaque em todo o projeto filosófico de Schiller e dos primeiros românticos, eles também desenvolveram importantes ideias sobre política, principalmente em oposição ao modelo moderno de Estado, baseado no atomismo e no liberalismo que criou indivíduos anônimos e padronizados.⁶ Os românticos de Iena defenderam a formação de uma sociedade orgânica, na qual cada indivíduo é reconhecido em sua particularidade, e onde deveria ser possível vislumbrar a harmonia baseada em uma ética do amor e da realização pessoal, ao invés do formalismo ético da *Crítica* de Kant. Para eles o liberalismo engendrou uma sociedade individualista e egocêntrica, na qual a competição tomou o lugar da solidariedade. Eles valorizavam o valor da comunidade histórica, mas também insistiam sobre a importância da

⁶ As ponderações políticas desses autores se encontram espalhadas em diversas referências em sua obra. Como nenhum desses intelectuais produziu um pensamento político sistematizado, o que possuímos como fonte de pesquisa são reflexões fragmentadas em vários textos que compõem a fortuna literária e crítica desses pensadores.

individualidade e da liberdade individual – que não deve ser confundida com o liberalismo ilustrado.

Para evitar interpretações equivocadas é necessário mencionar que, tanto Schiller quanto os primeiros românticos, em nenhum momento pensaram a arte a serviço da política. Para eles a arte era um fim em si mesmo, e qualquer outro objetivo nela empenhado seria uma transgressão do conceito kantiano da arte como “desinteressada”, e comprometeria seu poder estético. Mas ainda assim, eles acreditavam que a arte desempenhava um papel fulcral para o desenvolvimento da humanidade, pois o belo apareceria como um símbolo do “bom” – em acordo com a *Crítica* kantiana que entende a beleza como mediadora entre a razão pura e a razão prática. “Eles enfatizavam a autonomia da arte, pois a tornava um símbolo de liberdade (...). Se sua política se ajusta aos ideais estéticos, sua estética convém a seus fins políticos”.⁷ (BEISER, 1996: XIII) Um dos principais exemplos dessa conexão entre a arte e a política é a ideia de um “Estado poético”. Para Friedrich Schlegel e Novalis, o Estado perfeito é baseado no ideal de beleza. O líder de tal Estado deve ser alguém dotado de talento “artístico”, de tal forma que o exercício do governo prese pela bela aparência.

Segundo Beiser, editor de *The Early Political Writings of the German Romantics*, os textos políticos do romantismo alemão correspondem a produção de período de 1790 a 1830, contudo o período mais fértil seria o de 1797 a 1802, geralmente denominado como *Frühromantik*, para nós o primeiro romantismo. Na produção deste período é notável a grande influência exercida pela filosofia de Fichte⁸, apesar de que algumas ideias desse ciclo romântico foram formuladas em contraposição à filosofia deste, tais como o papel da arte na sociedade, o conceito orgânico de natureza e o lugar da individualidade na ética. De acordo com o editor, os primeiros românticos destacaram a unidade entre a política, a estética e a religião, e é essa unidade que a reunião de textos selecionados por ele pretende mostrar. Os românticos não formularam um pensamento sistemático acerca de

⁷ “They emphasized the autonomy of art because this made art a symbol of freedom. (...) If its politics conforms to aesthetics ideals, its aesthetics fits its political ends”.

⁸ Para Beiser, Fichte não deveria ser compreendido como um romântico no sentido estrito do termo, pois ele não era um participante regular dos encontros em Iena (na casa de A. Schlegel) e em Berlim (nos salões literários de Henriette Herz e Rachel Levin).

suas opiniões políticas – assim como de qualquer outra área de seu interesse – suas ideias estão expostas em aforismos e fragmentos, ao lado de suas concepções sobre o amor, a religião, a sociedade e a arte.

No entanto, mesmo a partir de uma produção fragmentada em temáticas distintas, pode-se inferir certa unidade. A revista *Athenaeum* foi um importante veículo para a efetivação do ideal político romântico, através da divulgação de ideias para uma educação política da sociedade, com o objetivo de preparar moralmente a sociedade para a República.⁹ Os românticos eram quase que unânimes ao se referir ao poder das ideias para promover a transformação política e social, e a arte seria o melhor meio para a sua divulgação. Beiser nos diz que,

“Seguindo a liderança de Schiller em suas *Cartas para a educação do homem* (1795), eles conferiram primazia à arte, pois ela era sua principal ferramenta para a educação e ilustração do povo na era pós-revolucionária. Embora eles tenham concordado com Kant e Fichte que a razão tem o poder de *conhecer* nossos princípios morais, eles insistiram que ela não tem o poder de nos fazer *agir* segundo tais princípios”.¹⁰ (BEISER, 1996: XV)

Há essa altura, já havia sido desenvolvida no pensamento de Kant – e em seguida radicalizada por Schiller – a referência ao papel mediador exercido pela arte e sua suscetibilidade para a ação moral. Tentava-se nesse contexto obter outra resposta para o questionamento platônico sobre o papel da arte no Estado. Se para o filósofo grego, a arte era sinônima de engano, e os artistas – esses ilusionistas – deveriam ser banidos do Estado, no projeto de Schiller, e também para os primeiros românticos, deveria ser feito o oposto. Ou seja, o Estado ideal seria aquele no qual o próprio governo se transforma em uma obra de arte, por meio da valorização da experiência estética na formação do cidadão.¹¹ O homem estético

⁹ Contudo em alguns momentos eles também defenderam a legitimidade da monarquia como forma de governo, como Novalis em *Faith and Love*.

¹⁰ “Following Schiller’s lead in his *Letters on the Aesthetic Education of Man* (1795), they gave primacy to art because it is their chief tool for the education and enlightenment of the public in the post-revolutionary age. Although they agreed with Kant and Fichte that reason has the power to *know* our moral principles, they insisted that it does not have the power to make us *act* by them”.

¹¹ Faz-se pertinente lembrar que esse debate reverberou na tradição européia. Jacob Burckhardt, em *O Renascimento Italiano*, por exemplo, nomeou a primeira parte de sua obra como “O Estado considerado como obra de arte”.

seria capaz de intervir e moldar o Estado transformando-o. Para melhor entender o que seria este “Estado poético”, devemos entender a reação desses pensadores a dois grandes movimentos históricos motivadores de sua reflexão: a Revolução Francesa e o Aufklärung.

A maior parte dos intelectuais alemães – entre eles Schiller, os irmãos Schlegel, Novalis e Goethe – comemorou a tomada da Bastilha, compartilhou os ideais revolucionários de igualdade, liberdade e fraternidade, e acreditou na República como “o reino de Deus na Terra”. Contudo, a radicalização jacobina e o desenrolar de um governo corrupto e ilegítimo após as mudanças de 1897 provocaram o desinteresse desses intelectuais pelos caminhos da Revolução. Esses pensadores alemães temiam as consequências de um impulso de mudança tão desenfreado, causavam-lhes certo desconforto o ateísmo e a destruição das instituições sociais da maneira como estava em processo na França. Os excessos da turba e o materialismo consequente dessa nova organização social também não pareciam uma conquista positiva aos olhos dos alemães. Era uma ideia comum entre eles que as grandes mudanças não deveriam ser fruto de um processo violento ou liderado pela massa, mas sim que a transformação da sociedade deveria ocorrer por uma reforma gradual, vinda de cima, realizada por uma elite responsável e adaptada às condições específicas de cada país. O caos instalado na França era um sinal de que o povo – francês e alemão – não estava preparado para a República, e que era imperiosa a transformação da sociedade primeiramente através da educação e do esclarecimento. Embora no discurso dos autores analisados não fique muito em evidencia o conservadorismo desta proposta, é imperioso destacar que essa concepção eventualmente se desdobrou em um posicionamento político conservador, que se baseava na ideia de que um grupo de cidadãos cultivados deveria esclarecer e guiar o povo.

Além da Revolução Francesa uma grande crise no pensamento foi deflagrada pelo racionalismo e cientificismo ilustrado que se infiltrou na Alemanha por via da *Aufklärung*. Esse movimento exigiu que todos os âmbitos da vida fossem vasculhados pela razão, assim suas consequências foram encaradas pelos primeiros românticos por um viés dramático:

“eles perderam sua conexão com a comunidade, desde que a razão condenou todas as suas leis e costumes como antiquadas e opressivas. Eles também perderam seu sentimento pela natureza, pois a razão depravou todos os seus mistérios, mágica e beleza. Finalmente, eles perderam sua fé, desde que a razão a declarou nada mais do que mitologia”.¹² (BEISER, 1996: XVI)

Entretanto, deve ser assinalado que os primeiros românticos ainda assim evitavam o irracionalismo: eles valorizavam o poder crítico da razão porque ele liberta o indivíduo das amarras das convenções. Pretendiam levar a crítica ao seu limite, exatamente porque eles reconheciam que esse limite existia. Diante do paradoxo emerge uma questão de grande relevância para os românticos: como investigar os limites da razão sem deixá-la de lado? Como restabelecer o elo entre o homem e a natureza sem abrir mãos das conquistas da crítica? O caminho escolhido para solucionar esse dilema foi a estética.

“Enquanto a razão pode apenas criticar, a arte pode criar.(...) Os românticos se basearam em uma das ideias fundamentais de Kant e Fichte: que nós vivemos no mundo que criamos; eles acrescentaram apenas a ideia de que esta criação deveria ser uma obra de arte. Esta é a soma e a substância de seu “idealismo mágico”.¹³ (BEISER, 1996: XVII)

Talvez aqui resida uma das principais diferenças entre o pensamento de Schiller sobre seu mundo e a visão romântica, Schiller não concedeu muito espaço à religião e seu olhar sobre a experiência mística não foi tão benevolente, pelo contrário, ele chegou mesmo a defender a arte como substituta da religião na constituição intelectual do homem moderno. A Idade Média, um dos períodos históricos diletos dos primeiros românticos, não atraiu de maneira especial os sentimentos de Schiller, nem mesmo aos gregos ele destinou um interesse demasiadamente saudosos, estes ele compreendia como a primeira humanidade, cujos valores deveriam ser retomados e aperfeiçoados por uma *nova humanidade*.

¹² “they had lost their bonds to community, since reason condemned all its laws and customs as antiquated and oppressive. They also had lost their feeling for nature, because reason have deprived it of all mystery, magic and beauty. Finally, they had lost their religious faith, since reason has declared is to be nothing more than mythology”.

¹³ “While reason can only criticize, art can create. (...) The romantics built upon one of Kant’s and Fichte’s fundamental insights: that we live in a world that we create; they add to it only that our creation should be a work of art. That is the sum and substance of their “magical idealism””.

Certamente o idealismo de Schiller não era *mágico*, como Beiser denominou o pensamento dos românticos, sua filiação à filosofia de Kant era quase incondicional, sobretudo, porque encontrou no idealismo transcendental um fundamento epistemológico capaz de conferir ao homem e à arte centralidade na formação do caráter, o antropocentrismo radical da teoria de Kant colocou o homem no centro do universo cognitivo, e sua *Terceira Crítica* permitiu a Schiller o desenvolvimento de um projeto estético no qual a arte favoreceria o livre exercício da vontade. Provavelmente, por conta dessa opção, Schiller foi caracterizado pela tradição como um pensador *classicista*, cuja obra se oporia à dos primeiros *românticos*.¹⁴

Outra questão central na construção de um ideal de Estado moderno colocava em disputa o entendimento sobre o ainda instável conceito de liberalismo. O debate intelectual alemão encaminhava uma querela em torno da ausência ou do excesso de liberdade experimentada na vida pública. A opinião mais corrente era a de que o absolutismo pecava pela falta de liberdade aos indivíduos e o liberalismo pelo excesso, provocando o enfraquecimento da ideia de comunidade.¹⁵ O governo que estes intelectuais idealizavam deveria reconciliar individualidade e comunidade em um *Estado orgânico*, composto por indivíduos, que teriam sua liberdade garantida, mas que não se esqueceriam da tradição a qual pertencem. Essa organicidade do Estado se manifestaria na experiência política local, a partir de associações de representação popular autônomas, ao invés de um governo centralizado e isolado do povo. Dito de outro modo, esse novo Estado poderia ser considerado orgânico, pois a população participaria ativamente do governo e cada grupo contribuiria de forma singular e vital. Nesse modelo a liberdade individual estaria preservada porque cada indivíduo poderia participar das decisões do governo local, e também sobreviveria aqui a experiência da vida e da harmonia em uma comunidade. Schiller em carta ao seu mecenas asseverou,

¹⁴ Esse ponto será melhor desenvolvido no capítulo seguinte.

¹⁵ Entre os primeiros defensores de ideias liberais na Alemanha estavam Kant, Schiller, Jacobi, W. von Humboldt, entre outros, mas neste momento o liberalismo não tinha o caráter democrático que assumiu depois, ainda era uma forma de opor-se ao absolutismo, e seu maior objetivo seria defender a plena liberdade do indivíduo, independente da forma de governo vigente. O absolutismo desagradava esses intelectuais, pois mantinha um governo extremamente centralizado por meio de uma burocracia elitista, sem permitir espaço para as liberdades individuais ou para a iniciativa local.

“será ainda muito imperfeita uma constituição de Estado que só seja capaz de produzir a unidade pela supressão da multiplicidade. O Estado não deve honrar apenas o caráter objetivo e genérico nos indivíduos, mas também o subjetivo e específico; não deve, ao ampliar o reino invisível dos costumes, despovoar o reino do fenômeno”. (SCHILLER, 2002a: 28)

Friedrich Schlegel, por sua vez, em fragmento na *Athenäum*,

“Liberal é quem, de todos os lados e em todas as direções, é livre por si mesmo, e atua em sua inteira humanidade; quem considera sagrado tudo com que lida, segundo a medida de sua força, e com toda vida simpatiza sem incorrer – levado por opiniões estreitas – no ódio ou no menosprezo.” (SCHLEGEL, 1994: 111)

Podemos perceber que o conceito de liberalismo intrínseco aos comentários de Schiller e Schlegel inclui o ideal iluminista de liberdade de pensamento e de ação, mas, por outro lado, ele exige uma humanidade, um compromisso com o outro, que se opõe completamente à atitude egocêntrica que se desdobrou do liberalismo ilustrado. Schiller condenou qualquer jurisdição que se sobrepusesse ao indivíduo e sua particularidade, o que distinguiria os homens não seria expresso no “reino invisível dos costumes”, aquilo que Schiller denominou como “caráter objetivo e genérico”, mas sim na sua subjetividade.

Para Schiller esses princípios da razão que inauguravam a vida em sociedade substituem o *estado de natureza* por um *estado moral*. Ele compreende a natureza não apenas como uma espécie de infância da humanidade, mas principalmente segundo a ideia de que a natureza assumiria as rédeas quando o homem não fosse capaz de tomar decisões. Sendo assim, a natureza guiaria suas ações pela necessidade, enquanto a liberdade ainda não estivesse desenvolvida em seu espírito. O desenvolvimento do homem se faz quando ele rompe a limitação da natureza e por intermédio da razão refaz todo o caminho antes percorrido, mas agora com consciência de suas escolhas. A saída do estado de natureza, nesse sentido, se efetiva quando o homem “transformar a obra da privação em obra de sua livre escolha e de elevar a necessidade física à necessidade moral”. (SCHILLER, 2002a: 23) Então, o homem se encontrará no seio do Estado, onde não mais legisla a natureza, porém as premissas da razão. Através do Estado, o

homem físico e real seria confrontado ao homem problemático e ético, realçando a distância entre a sociedade real e aquela que só existe no Ideal – e cuja existência é imperiosa para qualquer ação ética. É nesse cenário que a idealização do estado de natureza surge como um refúgio para a humanidade, no entanto, agora a natureza não exerceria um poder cego sobre o indivíduo.

Dando continuidade ao debate alemão em torno do papel do Estado, faz-se necessário mencionar que Schlegel também se referiu à questão da humanização do Estado e da importância da solidariedade para a sua constituição, o amor e arte deveriam predominar também na vida pública, a fim de semear a cooperação e a tolerância. Diferentemente do que representou a Revolução, a visão organicista sobre o papel do Estado seria uma maneira de preservar a continuidade e a tradição, evitando uma ruptura indesejada com o passado. Esse posicionamento político foi frequentemente caracterizado como conservador, mas o objetivo daqueles intelectuais era principalmente criar um tipo de governo no qual as cores locais fossem mantidas e respeitadas as necessidades particulares. Para os românticos o homem era um ser social por natureza. “Viver em grupo é perfeitamente natural para nós, os românticos acreditavam, porque este é o impulso mais profundo e poderoso de nossa natureza: a necessidade de amor, o desejo de dar e receber afeto”.¹⁶(BEISER, 1996: XVII) O amor representava a fundação de toda comunidade, possibilitando até mesmo substituir a lei. Dessa forma, surgiria uma comunidade sem Estado, sem formalização de regras, vivendo, então, sobre o alicerce de um amor ético. Muito desse projeto explica-se pela idealização da Idade Média cristã, muito comum a esse grupo, a própria concepção de um *amor ético* revela um apreço por valores medievais como a caridade. Foi na esteira desse pensamento que a formação da nação alemã foi defendida como uma experiência que deveria transformar a ideia de comunhão em realidade. Novalis afirmou que “uma nação é um ideia. Nós deveríamos nos tornar uma nação. Uma pessoa perfeita é uma pequena nação. A verdadeira

¹⁶ “To live in a group is perfectly natural for us, the romantics believe, because it springs from the deepest and most powerful impulse of our nature: the need for Love, the desire to give and receive affection”.

popularização é a maior meta da humanidade”.¹⁷ (NOVALIS. In: BEISER, 1996: 18)

Para Schiller a sociabilidade humana não é inerente à espécie, pelo contrário, é a necessidade que impõe a vida em sociedade. Bem distante da teoria do amor defendida pelos primeiros românticos, Schiller considerava que a vida em comunidade seria uma dádiva da razão. A razão seria responsável por dotar o homem de princípios sociais – certamente arrolados ao que Kant chamou de “razão prática” –, que indicariam que na moralidade repousa a vontade livre de toda inclinação. Entretanto, a harmonia e graça que estes pensadores estimavam para o convívio social, segundo Schiller, só poderia ser concedida pela beleza. Vejamos as palavras do poeta:

“se já a necessidade constringe o homem à sociedade e a razão nele implanta princípios sociais, é somente a beleza que pode dar-lhe um *caráter sociável*. Somente o gosto permite harmonia na sociedade, pois institui harmonia no indivíduo. Todas as outras formas de representação dividem o homem, pois fundam-se exclusivamente na parte sensível ou na parte espiritual; somente a representação bela faz dele um todo, porque suas duas naturezas tem de estar de acordo”. (SCHILLER, 2002a: 140)

A arte é fundamental na constituição do Estado não pelo seu valor material, mas pela potência intelectual que ela representa, sua ação retira dos ombros dos homens o opressor embate entre suas duas naturezas, ora vence a necessidade, ora a vontade, porém em nenhum dos dois casos o homem se encontra livre, muito menos feliz. Não obstante, o jogo entre natureza e liberdade que a estética proporciona reunifica o homem e, ao mesmo tempo, lhe concede um momento de plena liberdade e felicidade. O argumento de Schiller era muito claro, a arte pode influenciar na formação de um Estado benéfico para os homens, um *Estado estético*, pois, promove a harmonia no indivíduo e esse mesmo indivíduo será capaz de levar para o âmbito da vida social o que está em seu interior. Além disso, como Schiller acreditava que o critério para a beleza era universalmente compartilhado, o jogo estético seria a única forma de comunicação

¹⁷ “A nation is an idea. We should become a nation. A perfect person is a small nation. True popularity is the highest goal of humanity”.

capaz de unificar a sociedade, enquanto o entendimento e a moral só destacavam o que há de distinto nos homens.

“No Estado estético todos – mesmo o que é instrumento servil – são cidadãos livres que tem os mesmo direitos que o mais nobre, e o entendimento, que submete violentamente a massa dócil a seus fins, tem aqui de pedir-lhe o assentimento. No reino da aparência estética, portanto, realiza-se o Ideal da igualdade, que o fanático tanto amaria ver realizado também em essência (...)”. (SCHILLER, 2002a: 141)

Schiller reconheceu que tal Estado existe subterraneamente em todos os homens de alma refinada, mas, de fato, existe apenas em pequenos círculos aonde a natureza bela conduz o comportamento, e os homens enfrentam as situações mais complexas com serenidade e tranquilidade, sem ofender a liberdade alheia para afirmar a sua própria. O grande desafio ao aperfeiçoamento do Estado – e a sua conversão em estético – seria o descompasso entre o fato de que a sociedade se constitui no tempo e o seu Ideal somente pode se realizar na eternidade. Em outras palavras, a regeneração do Estado deve se processar no curso de sua existência, a luta pelo Ideal deve caminhar ao lado da corrupção, nos termos de Schiller, “o mecanismo vivo do Estado, entretanto, precisa ser corrigido enquanto pulsa, as engrenagens são trocadas enquanto giram”. (SCHILLER, 2002a: 25)

A construção do Estado alemão era tão importante para esses intelectuais quanto os descaminhos da Revolução, a educação estética de Schiller era um projeto político, uma espécie de contribuição para a transformação do povo em nação. “Esse homem puro, que se dá a conhecer com maior ou menor nitidez em cada sujeito, é representado pelo *Estado*, a forma mais objetiva e por assim dizer canônica na qual a multiplicidade dos sujeitos tenta unificar-se” (SCHILLER, 2002a: 28), para ele o Estado deveria ser esse todo orgânico, que permitisse a vida em comunidade na medida em que o Ideal elevasse o homem e estendesse seu domínio até o Estado.

Foi nesse processo histórico que o projeto de uma educação estética do homem pareceu necessário a Schiller. Em meio ao turbilhão de mudanças e a sensação de degradação moral de seu tempo que o poeta alemão acreditou que a

estética era o caminho mais curto para a moral. Antes mesmo da Revolução Francesa, em 1784, o poeta já se preocupava com a situação degradante da sociedade em que vivia e com a fragilidade do homem moderno, e anos mais tarde aconselhou seu mecenas: “vive com teu século, mas não sejas sua criatura; serve teus contemporâneos, mas serve-os no que precisam e não no que louvam”. (SCHILLER, 1963: 60) A politização da arte foi a vereda eleita por Schiller para conduzir a humanidade ao Estado ideal. Ao conciliar o impulso sensível ao formal, a educação estética seria capaz de aperfeiçoar o indivíduo para o convívio social e torná-lo intolerante ao grosseiro, rude, autoritário, impiedoso, e uma série de adjetivos que pudessem comprometer o bom gosto. Esse projeto estético era uma resposta direta ao fracasso do prognóstico iluminista, uma vez que impossibilitado o projeto de libertação do homem pela via do esclarecimento, a estetização do indivíduo se afirmava como um imperativo na luta da humanidade contra a pequenez de espírito.